

Ronaldo Nunes Linhares

Internet e Ação Comunicativa como elementos do Espaço Público sob uma perspectiva habermasiana: crise e transição

O cenário mundial de final de milênio, permeado por transformações de cunho econômico, político, social e histórico, tem se apresentado como um período de transição, caracterizado por alguns teóricos como um período de crise. Alguns autores utilizam-se da idéia e/ou conceito de crise como sendo fundamental para explicar as incertezas, a quebra de paradigmas e principalmente as grandes mudanças culturais provocadas pela urgência e pelo constante vir-a-ser inerentes à dinâmica sociedade contemporânea. Como conviver com o constante processo, após tantos anos de resultados e “certezas”?

A idéia de crise pode estar de uma certa forma propondo uma revisão de conceitos, teorias e reflexões sobre o mundo, a realidade e o próprio homem mas, por outro lado, pode representar uma visão imediatista e até certo ponto simplista dos nossos problemas, avaliando novas questões e necessidades com velhas lentes bifocais. A crise, ou o que se entende por crise, principalmente no campo das teorias e da dicotomia presente no pensamento moderno - direita/esquerda, capital/trabalho, entre outras - pode não estar sendo compreendida em sua amplitude e complexidade.

No que se refere às indefinições, incertezas, à sensação de insegurança e ao incentivo ao consumismo, Marx já previa essa “dinâmica” como alimento substancial do capital. Afirmava que esse movimento de virtualização do capital sem base, sem raízes, num

constante vir-a-ser, é fruto da natureza reprodutiva do capital e, portanto, da evolução deste sistema produtivo e que tal dinâmica poderia resultar numa sociedade aparentemente despersonalizada, modificando a essência do homem enquanto ser.

Neste contexto, confunde-se muitas vezes o acontecer histórico com crise, esquecendo-se que as possibilidades de leitura e interpretação do presente não estão desvinculados da historicidade dos fatos, dos processos, projetos e sonhos que nos ligam ao futuro. Não se pode enquadrar a contemporaneidade numa acentuada concepção de crise, sob uma perspectiva hermética, fechada e terminal, tal qual as explicações viróticas, que nada contribuem para a compreensão das doenças que nos afligem.

Nem sempre esta postura explicativa resolve os impasses existentes. Quando muito, apenas esclarece alguns pontos. O que temos hoje é muito mais que isso, revela-se mais complexo, e ao mesmo tempo mais simples, pois a crise faz parte constante do processo de construção da caminhada humana.

A sociedade “*pós*” é muito mais uma arena, onde diariamente digladiam-se tradição e novidade, onde o homem se cria e recria, na medida em que constrói sua história. O que para muitos é uma crise generalizada da humanidade, com sua cultura, estrutura política e econômica, valores e outros, se constitui apenas numa revisão de conceitos, estruturas e concepções que não identificam o homem atual.

Ronaldo Nunes Linhares é historiador, professor de Ciência Política da UNIT/SE, especialista em Educação Tecnológica pelo CEFET/MG/UFS, mestre em Educação pela UFS e doutorando em Comunicação pela ECA/USP.



Inseridos neste contexto, estão as diversas interpretações sobre o espaço de participação política do cidadão, o espaço público. Para Medeiros (1998; 11), “o tema esfera pública ou espaço público tem sido abordado de diferentes acepções, carregando consigo o esvaziamento — intencional ou não - do seu significado: assume nesta estrutura um simbolismo vinculado ao que é estatal e, conseqüentemente, por um lado, do ponto de vista ideológico, se traveste de ineficiência e de oportunismo, adquirindo um uso privado; por outro lado se assume como suposta vestal da *res pública* ”.

Sempre tendo Habermas como ponto de partida e de chegada, as concepções dividem-se em dois grupos.

O primeiro, capitaneado pelo próprio Habermas, tem início com as reflexões feitas em seu livro “A Mudança Estrutural da Esfera Pública” (1984), em que acredita ter a sociedade tecnológica e mediática extinto qualquer possibilidade de construção do espaço político coletivo onde aspirações, desejos, necessidades e vontades privadas pudessem ser publicizadas, coletivizadas e, portanto, resolvidas ou satisfeitas de forma consensual. Além de Habermas dos primeiros momentos, compartilham dessa opinião teóricos como Baudrillard, Bourdieu, entre outros.

Um segundo grupo de pensadores (uns mais otimistas que outros), com diferentes enfoques e interpretações, procuram entender essa sociedade mediática e tecnológica, propondo, a partir dela, a emergência de um novo espaço de conversão, uma nova forma de consenso, nova prática política, enfim, uma nova esfera pública. Entre eles temos: Lima (1995), Almeida (1999), Niege (1992), Bhabha (1996) Canclini (1998) Maia (1998), Roncagliolo (1998).

Entre outros elementos, o que caracteriza o segundo grupo é a aceitação da pluralidade dos *media* e da capacidade de “regeneração” do tecido cultural afetado pela dominação política do Estado

e ideológica dos *media*, fundado na diversidade cultural e, principalmente, na capacidade do receptor ou consumidor dos *media* fazer uso crítico da razão. Nesta mesma linha de raciocínio, Lipovetsky (apud Almeida, 1999; 161) afirma que “é preciso gerar uma revisão de fundo: o consumo mediático não é coveiro da razão, o espetáculo não anula a formação da opinião crítica, o show prossegue a trajetória das luzes”.

Neste caso, é clara a diferença do espaço comunicacional produzido pelos *media* em comparação ao que gerou o espaço público burguês pensado por Habermas, mas não é suficiente para determinar o fim do espaço público na sociedade atual, já que os *media* exercem em alguns momentos o espaço de publicização e “formação da opinião e a crítica do público”.(Almeida, op.cit.; 164)

Espaço Público ontem e hoje

Parece consensual que o processo de construção da esfera pública contemporânea diverge daquele proposto por Habermas para a esfera pública burguesa. A atual sociedade construiu novas formas de mediação com o real que a impulsiona vertiginosamente para uma construção de conceitos, que influenciaram, entre outras, as ações políticas (participação, representação, cidadania), culturais (identidades, pertencimento, nacionalismo) e sociais (grupo, organizações, gêneros, etnias), entre outras.

Observemos também que o processo de construção da esfera pública burguesa não atinge o todo da sociedade moderna. Como na antiguidade clássica (Grécia, Roma), ou mesmo na Idade Média, os espaços públicos de discussão onde se construiu a argumentação racional não foram abertos a todos. A possibilidade de participação esteve vetada não somente àqueles que não participam do processo de produção econômica, mas também aos que não dominam códigos mínimos da racionalidade ocidental. Ao lado da

estrutura de classe, permanece o conhecimento, o domínio das letras, leis e códigos sociais.

A opinião pública e a esfera pública burguesas surgem a partir do desenvolvimento das relações pré-capitalistas de produção, a partir do Mercantilismo e de sua ampliação e transformação em espaço político, de sua participação no poder e, por fim, de (re)construção do Estado, que se tomou condição fundamental para a sobrevivência e hegemonia da burguesia. Mas, embora este processo tenha ocorrido com maior ênfase com a burguesia, não foi prática restrita a ela enquanto classe.

Nesse momento, a construção do Estado Moderno ocorre na esteira da participação popular e, conseqüentemente, mesmo que lentamente, no processo de politização das classes populares. Assim como a burguesia unida, que inova na luta pelo poder, as classes populares - em tempo - estruturam-se para combatê-la e criar espaços alternativos de resistências, mesmo que estes espaços em alguns momentos tenham que ser divididos com a classe hegemônica.

O Espaço Público burguês personificou como condição de sobrevivência o poder do Estado e, conseqüentemente, enfraqueceu-se com este, inviabilizando sua competência como defensor de uma democracia representativa e participativa, que traria para todos igualdade de condições.

Atualmente, as estruturas de transição da sociedade contemporânea, a grande diversidade econômica e sociocultural, os mais diferentes grupamentos humanos e principalmente o papel de novas tecnologias de comunicação, produção e divulgação da informação, têm proporcionado modificações nas relações de poder e produzido novas formas de organização social e de participação política dos indivíduos. Ampliam-se o número de atores partícipes dos processos decisórios, surgem novos cidadãos e novas

formas de participação, diferentes daquelas fundadas em instâncias políticas institucionalizadas, profundamente marcadas por antigas relações de poder unilaterais e verticalizadas.

Novos espaços surgem, ainda sem traços muito claros, características de nosso tempo de incertezas e violenta rapidez ou, como afirma Baudrillard, (1997) o reino do efêmero. Os atores sociais constroem, dentro de suas possibilidades, novas formas de pertencem ao grupo mais próximo da satisfação de seus desejos e necessidades econômicas, sociais, políticas e principalmente culturais. Novas formas de pertencimento, novas estruturas de ação e reação aos processos dominantes do capital.

Às vezes são necessidades do próprio capital que tanto criam novos espaços de conflito como contribuem para o surgimento de formas anárquicas de participação e de construção de identidades sociais. Se não fosse assim, como entender as necessidades de consumo exacerbadas, incentivadas pelo capital e necessárias à sua sobrevivência que também produzem, segundo Canclini (1997, 1998), um consumidor necessariamente crítico e participativo, que busca compreender os processos de participação social e de pertencimento através do incentivo ao consumo de toda sorte de produtos? O direito do consumidor, sua voz e importância no mercado, constroem uma nova forma de cidadania, baseada no consumo, ou melhor, na forma como o cidadão consome os mais variados produtos, principalmente os culturais, e em como sua mediação contribui para a construção de novas práticas culturais, baseadas, segundo Bhabha (1996; 41), em “identidades políticas desiguais, não uniformes, múltiplas e potencialmente antagônicas”.

Compreender esse momento requer um novo olhar, uma nova forma de ver e entender os processos sociais e culturais como processos políticos, nem sempre



determinados por um só grupo ou classe sócio-econômica. A sociedade renova-se através dos espaços públicos que se organizam em seu interior em busca de consensos, mas também a partir de antagonismos e resistência contra um poder que se pretende hegemônico, seja ele qual for.

Sob essa perspectiva, Bhabha (op. cit; 39) afirma que “... em qualquer luta política particular, novas frentes estão sendo abertas e, se insistir em se relacionar essa frentes novas a velhos princípios, não será realmente capaz de participar delas de um modo criativo, produtivo e pleno”. Será este o caminho? Se é, que tipo de espaços públicos podemos construir a parte dele?

Videoesfera, Ciberespaço e Espaço Público

O Espaço público se constrói no “mundo da vida”, e se concretiza no ato comunicativo, dinâmico e mutável, que depende das interações e mediações possíveis de serem construídas pelos indivíduos. Dentre estas mediações estão aquelas estabelecidas pelas novas tecnologias de comunicação.

Pensar um espaço público - ou vários - exige, portanto, compreender essas mediações. Qual o papel dos *media* como possibilidade de publicização de idéias e construção de uma nova racionalidade comunicativa num mundo dominado pela tecnologia? Que papel tem o cidadão/receptor na construção de um/novos espaço(s)?

Na tentativa de definir o papel dos *media* no espaço público da atual sociedade, Almeida (op. cit.) trabalha com o conceito de “*esfera de visibilidade pública*” construído por Gomes. Para ambos, os *media* possibilitaram a visibilidade pública do debate de idéias e temas surgidos na opinião pública. Nesse caso é fundamental o papel do receptor, sendo que dependeria deste, “a partir de seus conhecimentos, informações, interesses e competência receptiva, fazer uma adição própria dos *media*”. O próprio

receptor construiria então sua competência receptiva, não apenas nos *media*, mas fora deles, possibilitando um ambiente de participação e intervenção nos debates importantes para a sociedade.

A sociedade atual tem demonstrado algumas destas formas de participação e organização, livres de uma concepção política institucionalizada e que correspondem às necessidades dos novos grupos que constituem esta sociedade. Movimentos ou segmentos políticos que podem ser sujeitos de uma nova esfera pública política democrática e autêntica.

As novas formas de comunicação e os novos aparatos tecnológicos vêm contribuindo para complexificar esta realidade e proporcionando as mais diferentes leituras e/ou interpretações de seu papel/importância para as relações sociais contemporâneas.

De um lado, os acusam de provocar um “terror esquizofrênico” (Baudrillard, op. cit; 142), confundindo público e privado, publicizando excessivamente o real. Transformam o homem numa “tela nua, num centro de computação para todas as redes de influência, o que implica numa possibilidade de dissimulação, de desaparecimento no espaço impalpável, e de assim não ser mais localizável, inclusive por si mesmo, o que resolve todos os problemas de identidade, sem contar os de alteridade” (Baudrillard, idem, ibidem; 144). Segundo Virilio, vivemos a “era do paradoxo”. Entendida como a era da videografia, da holografia e da infografia, essa era atinge sua alta definição, não apenas como resolução técnica, mas sobretudo como substituição do real. A imagem define o real, portanto o absorve, o elimina, (apud Maciel, 1999)

Do outro lado, a presença dos *media* e seus suportes tecnológicos, contribuem para eliminar distâncias e tempo da comunicação. Segundo Rocagliolo (1998) navegamos, não



circulamos. Estamos em uma outra sociedade, o que, para ele, inviabiliza qualquer crítica que tenha a sociedade e as relações comunicacionais anteriores como parâmetro. Servem nesse momento as observações de Umberto Eco para as críticas à imprensa sobre o ideal medieval. Para ele, valorizar a função da imprensa condicionando-a às medidas de um modelo de homem típico de uma civilização baseada na comunicação oral e visual é um gesto de miopia histórica que muitos têm cometido.

Com visões menos pessimistas, mas diametralmente opostas, alguns autores - entre eles Edgar Morin(1991,1996,) Regis Debray (1994) e Pierre Levy (1999) - entendem que estamos vivendo um novo momento na história da humanidade.

Na opinião de Morin, vivemos numa sociedade que questiona incessantemente seus determinismos econômicos, sociais, políticos, culturais e históricos. Vivemos a complexidade como condição humana. A identidade complexa, oposta à era da exclusão/redução. O paradigma da complexidade está voltado para o dinamismo dialógico intrínseco no racionalismo que está a despedaçar a concepção clássica de mundo, ciência, cultura, sociedade e de homem, tão presentes nos pensamentos deste final/início dos tempos.

Para Morin, construímos um novo paradigma a partir da “necessidade de novas teorias abertas, racionais e críticas, reflexivas, autocríticas, aptas a auto-reformarem-se, ou mesmo a auto-revolucionarem-se ... tarefa da epistemologia complexa”. (Morin, 1991; 220)

Debray caracteriza esse momento como Videosfera, a idade do visual. Segundo ele, a videosfera é o regime do visual, caracterizado pela simulação, onde a imagem é visualizada, captada. Imagem controladora, fruto de uma percepção, que transforma o privado/público numa reprodução como forma

de acumulação, esquizofrênica e espetacularizada.

A imagem contagia, domina pela emoção, e é esta emoção que põe as multidões em movimento.

Afirma que, “... em uma cultura de olhares sem sujeitos e dotadas de objetos virtuais, o Outro torna-se uma espécie em vias de extinção; e a imagem, imagem de si mesma. Narcisismo tecnológico, isto é, retirada corporativa da “comunicação” para seu umbigo, funcionamento em círculo fechado da grande imprensa, mimetismo galopante do meio ambiente, alinhamento espontâneo dos órgãos escritos ou audiovisuais uns pelos outros”, (idem ibidem, 298)

Neste caso, mudam-se os espaços e o tempo, principalmente os atores e suas relações sócio-culturais nessa nova era. As formas de percepção do mundo e do real, agora influenciadas pelas imagens, exigem novos espaços de representação, novas formas de organização, um novo Imago, novos ícones em quantidades suficientes para os mais diferentes grupos sociais e as mais diversas possibilidades culturais.

Essa realidade em que vivemos requer novos espaços de participação e novas capacidades de ver e de socializar o visível, pois “o visual indica, decora, valoriza, ilustra, autentica, distrai, mas não mostra”.(idem, ibidem, 299). Tal qual a imagem projetada e difundida, os novos espaços obedecem a lógica da totalização e da fragmentação, fundamentos da Videosfera.

Voltado para explicar o futuro da relação homem e novas tecnologias da inteligência na contemporaneidade, Pierre Levy(1994,1996,1997,1998,1999) afirma que estamos na era da *Inteligência Coletiva*. Ultrapassamos as definições midiológicas de Debray, ou do Paradoxo, de Virilio, para construirmos uma *Antropologia do Ciberespaço*. Numa referência quase apologética às novas tecnologias de comunicação e informação, o autor propõe um



caminho muito próximo daquele proposto por Habermas quanto ao papel da comunicação na construção de uma nova racionalidade comunicativa.

A reflexão de Levy propõe que o homem desenraíze-se das concepções de espaços e tempo construídas até então pelo pensamento ocidental. Tal qual Michel Serres (1995) com relação ao conhecimento, Levy afirma a necessidade do homem acostumar-se a ser nômade neste mundo teleinformatizado. “Mexer-se não é mais deslocar-se de um ponto a outro da superfície terrestre, mas atravessar universos e problemas, mundos vividos, paisagens dos sentidos... somos imigrantes da subjetividade” (Levy, 1998; 14). Habitamos o ciberespaço, o espaço da inteligência e do saber coletivo.

Esse espaço, ainda não garantido pelas “leis históricas”, teria a capacidade de comandar os espaços anteriores de sua classificação: a terra, o território e o espaço das mercadorias.

O que caracteriza este novo espaço?

Levy sugere que este espaço é caracterizado por um novo nomadismo. Não é o do território, nem o das instituições ou dos estados, mas um espaço invisível de conhecimento, saberes, potências de pensamento, em que brotam e se transformam qualidades do ser, maneiras de construir sociedades. Não os organogramas do poder, nem as fronteiras das disciplinas, tampouco as estatísticas dos comerciantes, mas o espaço qualitativo, dinâmico, vivo das humanidades em vias de se autoinventar, produzindo seu mundo.

Devemos, segundo o autor, ultrapassar as “eras” e construir um novo momento histórico, onde as tecnologias intelectuais são potencialmente uma zona crítica, um lugar político. Nesse caso é necessário reinventar não só os instrumentos de comunicação e pensar coletivo como a própria democracia. “Uma democracia em tempo real”.

Mesmo considerando o otimismo leviniano, não podemos deixar de con-

siderar que os media e as novas tecnologias de comunicação e informação têm afetado a constituição dos novos espaços econômicos, socioculturais e políticos da sociedade atual. Pesimismo da realidade e otimismo do ideal e da vontade a parte, o certo é que estamos vivendo numa sociedade mediaticizada e que necessita construir novos mecanismos de participação, subvertendo as limitações e aproveitando os recursos da sociedade da informação para redefinir espaços e ações, e ampliar a democracia.

Que espaços são estes? Como será o espaço público na cibercultura? Qual o papel das identidades complexas nesse novo espaço de participação política? Estas e outras indagações permeiam nossas reflexões sobre o futuro do homem e de sua capacidade de socializar-se ante um mundo adverso ao outro.

O vir-a-ser do Espaço Público contemporâneo e as possibilidades da Internet.

A construção do conceito de espaço público por Habermas e sua aplicação à sociedade contemporânea tem proporcionado acaloradas discussões sobre as reais possibilidades no uso deste conceito para entender o que se passa com a sociedade atual, principalmente no que diz respeito ao papel do Estado, ou a chamada “crise” do Estado e da política enquanto campo de atuação da cidadania.

Assim como o Estado Moderno foi construído para resolver os problemas históricos da nova sociedade capitalista no seu início de vida, o conceito de espaço público em Habermas merece ser contextualizado, entendido como processo de construção de uma classe e, sem sombra de dúvida, analisado sob a ótica do que ele propõe de mais criativo e atual para o nosso tempo.

Segundo esse teórico, entende-se por espaço público “*a esfera de pessoas privadas reunidas em um público*”, o “*lugar*”, na acepção geográfica da palavra, onde se desenvolveu o exercício de tomar público, “publicar”



idéias, conceitos e vontades, até então privadas de grupos diante de problemas e situações comuns a todos, principalmente no que se refere aos assuntos de poder e da gerência da coisa pública.

Na busca de constituir a história deste espaço, que Habermas propõe ter início na “Ágora” grega, chegando aos salões, palácios, cafés e outros espaços comuns na idade moderna, passando por instituições governamentais e, atualmente, pelos meios de comunicação de massa, da imprensa escrita à Internet. Propõe construir uma teoria que fundamente uma sociedade politicamente organizada e autogestora.

A caminhada empreendida pelo homem na construção de um espaço que pudesse ser representativo da vontade coletiva é diferente das primitivas discussões ocorridas no interior das casas, no espaço íntimo e privado, e a concretização dessa busca resulta, durante a modernidade, numa virtualidade teórica sob o nome de Estado Liberal, construído por uma classe emergente, a burguesia. Tal classe responde à sua necessidade de espaço no intuito de tornar-se dominante, inviabilizando mais tarde a compreensão do conceito habermasiano a partir do seu elemento principal: a *publicização*.

O exercício de tornar público, de coletivizar idéias e opiniões sobre o que é público, a gerência do comum a todos, e principalmente sobre as possibilidades legais de participação nas estruturas do poder político tornou-se um importante passo para os homens, e para seus grupos.

Como foi dito anteriormente, Habermas busca reconstruir esse processo em seu livro “*Mudança estrutural da Esfera Pública*” (1984) reconhecendo que ele se dá com características diferentes e distintas, e nos diferentes tempos e espaços históricos existentes, mesmo que não tenha, no interior dessa reflexão, aprofundado sua análise para estas diferenças e para os espaços de publicização construídos

pelos classes populares diferentes do espaço público burguês, mas não menos importantes.

Em todos estes momentos, o espaço público foi criado e ampliado a partir das necessidades e práticas culturais dos grupos. Neste sentido, tanto a idéia de política, poder, participação e cidadania foram revistas ou simplesmente copiadas, como a sua inclusão no conceito de espaço público perde ou ganha importância à medida que o grupo as adota como fundamentais. O Estado sonhado como protetor e legitimador dos atos do cidadão não surtiu efeito no espaço de tempo desejado, sua concretização foi efêmera, não surtiu o efeito desejado pela diversidade e totalidade destes mesmos cidadãos.

Pensado como fruto de uma vontade geral, no acalorado fogo das revoluções e sob as cinzas do absolutismo, o liberal era apenas burguês, enquanto a vontade popular era uma quimera, utopia, uma virtualidade. Enquanto construção concreta, respondia apenas aos anseios de igualdade e liberdade instituída pela burguesia, e sobre a sua salvaguarda.

É perceptível este intrincado contrato social, quando observamos o processo de construção do espaço público descrito em Habermas e o papel da imprensa e do discurso argumentativo da burguesia nos “*lugares do povo*”: cabarés, salões, universidades, praças, etc. A capacidade de transformação dos elementos populares na construção de uma idéia de Estado objetivava ao mesmo tempo impulsionar a ascensão da burguesia e contemporizar os sonhos de igualdade das classes populares.

Aos olhos da maioria e mais tarde da própria burguesia, o Estado democrático liberal mostrou-se pouco hábil para sustentar por muito tempo esses anseios. Os meios de comunicação e os sistemas de educação pública obrigatórios contribuíram para a manutenção desta dicotomia na medida em que, por



um lado, formavam e informavam, com restrições, o trabalhador, para que detivesse o mínimo de conhecimento necessário para operar e pensar a fábrica, os sistemas e, mais tarde, os conceitos de gerenciamento e administração. Por outro, mostrava quão frágil era o contrato montado nos pressupostos de liberdade e igualdade numa sociedade capitalista, modificando as estruturas dos espaços de participação e de construção da cidadania, a partir de novos elementos e necessidades de pertencimento¹.

A estas mudanças naturais, devemos acrescentar o desenvolvimento da ciência e, em tempo, das novas tecnologias de comunicação, que afetaram as formas de socialização, apressaram os processos de publicização e flexibilizaram os limites entre o íntimo, o privado e o público.

No entender de Rocagliolo (op. cit.;123), vivemos uma terceira revolução cultural, só comparável à da escrita ou à da imprensa. Mas que, segundo Habermas, provoca um processo de colonização do mundo da vida, transformando os papéis sociais em objetos de consumo, *desinteriorizando a interioridade*.

A base econômica e a necessidade política também contribuíram para que a sociedade moderna imprimisse uma série de características no processo de construção do espaço público burguês. Essa base já não existe mais, ou pelo menos não se consubstancia como elemento definidor da necessidade de participação e de construção de identidade do todo na sociedade contemporânea. No atual processo de globalização, a construção de uma universalidade se dá sobre os vários territórios, múltiplas e diversas culturas, vários povos e línguas, numa pluralidade incontável, incontestável e incontida.

Ao lado de uma reflexão econômica ou política, o espaço público hoje passa obrigatoriamente pelo campo da cultura, das ações dos novos atores sociais e das posturas e ações políticas. Nesse sentido, Maia (1997) identifica mudan-

ças nas concepções de Habermas a este respeito, perceptíveis quando, segundo ela, o autor “move-se do ideal universalizante de uma esfera pública única e singular para a percepção da multiplicidade de esferas públicas, nas quais diversos discursos são gerados, vozes múltiplas se sobrepõem entre atores individuais e coletivos, comunidades de competência concorrentes, intérpretes e críticos, tidos como essenciais para as democracias modernas”.(Maia, op. cit.;133)

A partir destes elementos, como podemos entender esta realidade? Se a entendemos como de transição, que elementos da tradição estão presentes e são reificados, e quais os novos a serem percebidos e analisados? Como se dá esta relação? Se a entendemos de crise, quais as possibilidades de estarmos diante de uma nova sociedade? Estamos diante de um processo de mudança ou de crise do Espaço Público?

Segundo Homi Bhabha (apud Hutheford, 1996;35) a natureza do espaço público está mudando. Tem-se a necessidade de uma noção de política que se baseie em identidades políticas desiguais, não uniformes, múltiplas e potencialmente antagônicas. Diferente da sociedade moderna, onde o espaço público era o lugar de busca de consenso, que padronizava e categorizava os desejos privados tornando-os públicos e descentrando-os para a sustentação e justificação do poder, atualmente a sociedade não busca o consenso pelo igual, absoluto e universalizante. Nesse sentido, desenvolve-se o esforço de conviver e aceitar o diferente, o grupai, o gênero, a etnia, a diversidade.

Dessa forma, o novo espaço público é construído a partir das novas formas de comunicação e do estabelecimento de convivências com o novo e o diverso, impulsionados pela revolução tecnológica que, no dizer de Pimalló & Abruzzese (1984.; 8), “*abre nuevas*

1) *Categoria antropológica que propõe a necessidade humana de ser parte de, fazer parte de algo, dar sentido a sua existência na sociedade.*

perspectivas graças al decisivo paso de la imagen analógica e ala digital, gracias a inéditas posibilidades de selección y de reorganización de la memória, graças a una más potente síntesis entre cuerpo e tecnologia" . Através das tecnologias de comunicação, Rádio, Televisão e Informática, seus suportes e das novas linguagens comunicacionais a sociedade apresenta novos problemas e novas possibilidades de encará-lo. Invertem-se os processos, descaracteriza-se a política enquanto ação institucionalizada, controlada pelo estado onde o cidadão é apenas um número, para retomar a importância da ação humana enquanto possibilidade cultural e histórica de interação com a máquina e de participação cidadã. Emergem os novos atores da sociedade civil, atores organizados que respondem comunicativamente à sociedade.

A importância que se deu à informação e a sua constante mercantilização têm contribuído para reforçar essa mudança nas práticas de participação social. As relações comunicacionais são reforçadas a partir dos novos suportes tecno-informacionais, que devem ser utilizados por estes novos atores sociais. A esse respeito, Raya (1997) propõe que:

1)Os novos organismos sociais de participação assumam os media como campos estratégicos para a ação. Segundo ela, estes media devem ser tomados de assalto e de diferentes maneiras pelos novos atores sociais, na luta pela ampliação do espaço de participação "... que se desarrollan en espacios comunicativos diferentes, que en unos casos han sido despreciados por los movimientos sociales y en otros vistos como passados de moda".(Raya,1997; 165)

2)Assumir as relações com os outros, não a partir da identidade única, senão desde as identidades que se constroem na ação comum e concreta e nos espaços próprios e cotidianos.

A rede virtual e mundial de informação - Internet - é um exemplo disso. Mesmo ainda indefinida, caracteriza-se pela sua multiplicidade e pluralidade de meios, opções e linguagens, que buscam contemplar as novas exigências do mercado e os novos desejos do cidadão. É o melhor e mais contemporâneo exemplo de uma sociedade onde as múltiplas identidades se articulam para desafiar caminhos, anarquizar regras já estruturadas, questionar a tradição.

Estamos diante, portanto, de uma revolução silenciosa nos hábitos, costumes e conseqüentemente nas formas do homem estabelecer novos modelos de comunicação e interação social. Estes modelos podem reinventar espaços de interação, não mais diretos, face a face, mas mediados por suportes tecnológicos, construídos para este fim. Segundo Freitas (1999), "*daqui pra frente tudo vai ser diferente*". Para ele, esta frase representa o que a Internet esta fazendo com o homem e com a sociedade como a conhecemos .

Parafraseando Freitas (op. cit.34), "*Nunca foi tão fácil ter acesso a tamanha quantidade de informações e de fontes tão diferentes. Das guerrilhas de Chiapas, no México, aos laboratórios de tecnologias mais avançados no mundo, praticamente tudo pode ser encontrado na rede. E não é só o acesso ao conhecimento que está mudando. A Internet está modificando a forma como as pessoas se relacionam, aprendem, compram, consultam o médico e até como elas fazem sexo*".

Esse contexto expressa o processo de virtualização do cotidiano, onde o Estado não pode dominar, nem legislar. Pode-se conversar em tempo real com câmeras que possibilitam ver o interlocutor e listas de discussões.

Por outro lado, são inúmeras as possibilidades de negócios e comércio oferecidos a uma clientela que cresce assustadoramente e que buscam novos nichos virtuais e novos "*domínios*". Segundo estudos da indústria de



eletroeletrônicos dos Estados Unidos, 95% dos PCs do país deverão estar conectados à Internet em 2002.

Como vemos, da mesma forma que os Shopping Centers se tornaram um espaço de troca e de consumo de bens culturais, materiais ou espirituais para as cidades industrializadas, a rede virtualiza mais ainda a “*Ágora*”, que se toma também um espaço privilegiado de discussão e de consenso. A Internet coloca-se como um espaço que pressupõe uma subjetividade intersubjetivamente estabelecida, é processual e se coloca em permanente tematização e questionamento. É, portanto, um espaço público. Considerando-se a concepção de Lafer (1994) para tal conceito, é uma junção do público comum a todos, e do público acessível a todos, mesmo que este processo ainda não esteja de todo concretizado.

Há, dessa forma, uma nova sociedade em construção e com ela um novo espaço público se constrói num processo de argumentação racional. Nesse espaço ocorrem enfrentamentos, conflitos, debates e oposições. Fundamentalmente político, interativo, cotidiano e virtualmente real, tal qual o conceito de Estado Moderno e seu sonho de democracia, que Habermas (apud Medeiros, 1998; 18) define como “*um processo circular auto-programado de poder*” e uma prática de “*atuar sobre si mesmo por meio de leis*”, e que não cabe na atualidade.

Internet como espaço de construção da Ação Comunicativa

Segundo Habermas, o que liga a busca primitiva de satisfação das necessidades básicas a uma possibilidade de organização econômica, social, política e cultural é a linguagem. Elemento constitutivo das mais diversas formas de comunicação, ela é a base da nova racionalidade.

Parte-se do pressuposto de que a construção do discurso necessita de um arrazoado competente no domínio da linguagem, dos símbolos e signos da

comunicação. Em Habermas a comunicação exige o domínio da subjetividade. Sua noção de racionalidade comunicativa está contida implicitamente na estrutura da fala humana como tal e esta significa o estandarte básico da racionalidade que compartilham os falantes competentes nas sociedades modernas. Nesse processo de exercício racional se constrói a ação comunicativa e se desenvolve o processo de socialização do homem.

Parece óbvia a idéia de que ninguém desenvolve a ação de tomar comum, ou seja, de socializar idéias, comunicar, sem que o seu interlocutor esteja pronto para receber a mensagem. Pede-se, portanto, por parte dos envolvidos no processo, um domínio “*a priori*” do que será transmitido e de como será transmitido. Habermas propõe nesse processo a presença de uma moral universal, mesmo que restrita ao contexto sócio-cultural e econômico do grupo a que pertencem os indivíduos.

Como é possível uma concepção global de racionalidade numa sociedade efêmera como a nossa?

Uma das características mais marcantes da sociedade contemporânea é o conhecimento enquanto produção, socialização e uso, sendo seu uso uma das principais preocupações da nova racionalidade habermasiana. Segundo Giddens (1994), Habermas propõe uma racionalidade que “*... tem menos a ver com o conhecimento em si do que com o modo como se utiliza o conhecimento*” (Giddens, *op. cit.*; 158).

Para Habermas, a racionalidade comunicativa ou ação comunicativa implica na aceitação dos princípios universais, os “*princípios de validade*”. Segundo ele, quando digo algo a alguém acredito que:

- O que digo é inteligível;
- O seu conteúdo proposicional é verdadeiro;
- Estou justificando o quando;
- Falo sinceramente, sem intenção de enganar.

A ação comunicativa constrói então um processo de argumentação onde a racionalidade é fundamental. Giddens (idem ibidem; 159) observa que a *“racionalidade pressupõe a comunicação, porque algo só é racional se reúne as condições para forjar uma compreensão, pelo menos com outra pessoa”*.

É nesse sentido que o processo de argumentação torna-se elemento fundamental. É nele e a partir dele que a racionalidade se manifesta, é seu *“tribunal de apelação”*, construído a partir das relações cotidianas. Nesse espaço, a ação comunicativa atua e está presente, principalmente quando das disputas, conflitos e divergências - o que possibilita a *“expansão social da racionalidade”* - e onde se desenvolvem práticas democráticas de resolução de problemas sem necessidade da coação.

O papel da ação comunicativa é reforçar as possibilidades de consenso. Portanto, a racionalidade fornece a esta ação um *“fenômeno de criticismo metódico”* onde o erro é também base para a aprendizagem. Estamos assim sempre avaliando e reavaliando nossas práticas sobre a influência de nossas práticas culturais, tradição, mitos, elementos presentes no conjunto que Habermas entende por *“Mundo da Vida”*.

Observa-se que a preposição de uma razão global, fundadora de uma moral universal, não deve caminhar para um igualitarismo universal, ao contrário, parte-se do pressuposto da desigualdade, da diferença e da pluralidade. Consideram-se então os processos de significação e subjetivação, necessários para a comunicação entre iguais.

No entender de Wellmer, (1994) a racionalidade comunicativa proposta por Habermas *“...significa também uma atitude(racional) específica que os indivíduos adotam para outros e para si mesmos, assim como uma relação específica de reconhecimento mútuo*

entre diferentes indivíduos”.

Os espaços sociais até então conhecidos têm-se caracterizado pela oposição radical à esta possibilidade. Novos espaços de comunicação têm surgido e, com a mediação das máquinas, a própria comunicação tem se modificado e criado novos ambientes, a exemplo das tecnologias televisuais e informacionais como é o caso da Internet.

Serve para este momento tanto a contribuição de McLuhan (ver Renaud, op.cit; 15) com relação à capacidade das tecnologias predominantes criarem novos ambientes humanos, mudando o sentido da relação homem x máquina, transformando o próprio homem, quanto a de Maia (op.cit. 143) sobre a capacidade das *“...práticas diárias de reprodução cultural, de integração social ou de socialização, (...) somos todos produtores de sentido e de cultura, nos interstícios do dia-a-dia, nas redes de sociabilidade, sempre há espaços para a criação de novos sentidos, os quais escapam de regulamentação legal, do alcance administrativo ou do direcionamento político”*. Qual o papel da Internet na mudança de sentido de uma racionalidade constitutiva e na construção do espaço público contemporâneo?

Talvez Levy nos ajude a entender os processos de organização e institucionalização do espaço tecnologizado ou do *“Ciberespaço”*, a estabelecer uma relação entre estes conceitos e a Internet como rede de informações e como rede de produção de sentidos.

Por Ciberespaço, Levy (1999; 17) entende *“o meio de comunicação que surge da interconexão de computadores”*. É nela, nesta rede mundial de informações que, segundo o autor, estão acontecendo as mudanças nos costumes e nas formas de vida do homem. Isto é o que entende por cibercultura - *conjunto de técnicas, materiais e intelectuais, de práticas, de*



atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolve juntamente com o ciberespaço.” (Levy, idem ibidem; 22)

Mesmo considerando o otimismo do autor, não podemos deixar de destacar suas observações sobre a composição anárquica desse novo espaço e o papel da Internet nesse processo. O Ciberespaço é o suporte de uma Inteligência Coletiva, que se desenvolve, pressupondo questionamentos das relações de poder. O conhecimento ou apropriação desse processo por indivíduos e grupos pode proporcionar a redução dos efeitos da exclusão e da destruição humana resultantes da aceleração do movimento techno-social.

Atualmente, torna-se redundante falar do conteúdo da rede Internet e de suas inúmeras possibilidades. Apesar de não ser este o caminho que se propõe traçar aqui, não se pode deixar de sugerir que este universo em construção, lugar de compra e venda de produtos e, principalmente, de pluralidade de sentidos, tem afetado estruturas tradicionais de sociabilidade, pertencimento e comunicação.

Os conceitos de realidade, virtualidade, interação, mediação, educação, conhecimento, universalidade, sentimentos, emoções, sexualidade, entre outros, tem sido bastante modificados a partir da rede. Mas o que se considera mais importante são os espaços de conversação, de discussão, que proporcionam uma nova linguagem cifrada, uma nova escrita, cheia de novas significações e de novos elementos culturais, voltados para uma “*Universalidade sem Totalidade*” (Levy. 1999; 119) Talvez nesse espaço o uso público da razão concretize-se numa relação dialógica, aberta e flexível.

Este processo se dá por meio da comunicação, e exige dela, como propõe Habermas, o domínio da subjetividade que constitui o processo de argumentação racional. Os novos

códigos e signos, as novas invenções tecnológicas, que colocam duas pessoas em lugares diferentes do globo conectadas com imagem e som, contribuem para a necessidade de reforçar, neste processo comunicacional, princípios de validade universal.

A Internet possibilita a expansão social da racionalidade, e permite reforçar as possibilidades de consenso - mesmo que este consenso já não corresponda mais ao sonho burguês da maioria, e seja apenas grupai. Como exemplo temos os sites de busca de parceiros, amigos, as salas de bate papo, listas de discussão e os mais diversos sites personalizados que constituem a rede.

Este é, sem dúvida, o novo mundo vital, e é dele que novas estruturas e práticas culturais emergem, e que são fundamentais para criar novas formas de identidade, identidade esta que Hall (1996; 68) entende “*como uma ‘produção’ que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna ou externamente à representação*”.

Esta prática se constrói a partir das relações dialógicas que “*...exigem o engajamento ativo dos agentes quando, então, os sentidos, já sempre interpretados conforme formas de vida particularizada, constelações, de interesses e de valores específicos, encontram-se abertos para serem continuamente (re)interpretados por estrita autoreflexão linguística*”.(Maia, op. cit. 143) São, em suma, novas redes interativas de sociabilidade.

Numa sociedade plural e profundamente diversificada, a Internet é um espaço onde o outro pode se constituir. Há sempre um nicho, um “*domínio*” a ser conquistado. Mesmo que este espaço ainda não seja plenamente utilizado por todos (democraticamente), não deixa de ser um espaço político e um espaço público, fruto de uma nova racionalidade comunicativa, constituído a partir das relações cotidianas - mesmo



virtuais - mas que nos possibilita pensar numa concepção global de racionalidade que fundamenta uma moral universal igualitária, diferente daquela com que se está acostumado a sonhar.

À guisa de conclusão

A construção histórica do Espaço Público em Habermas, e a reflexão sobre um espaço público revisto segundo a ótica da sociedade contemporânea nos aproxima muito do conceito de rede, ou Ciberespaço, pensado por Pierre Levy.

Observa-se então que o espaço público é, atualmente, um espaço muito mais virtual do que anteriormente. Parte-se da idéia de que o conceito de espaço público construído por Habermas e aplicado ao processo de publicização dos problemas e necessidades coletivas sempre teve em sua essência elementos virtuais. Com as transformações advindas das crises do capitalismo e do processo de evolução social, esses elementos tiveram uma importância muito maior, principalmente no que diz respeito às mudanças conceituais e práticas de tempo e espaço, trazidas pela sociedade pós industrial.

Essa necessidade de transformação é fruto do profundo processo de racionalização sistemática da sociedade e do afastamento da racionalidade comunicativa.

Com o advento dos média e atualmente da Internet, também o “*mundo da vida*” foi virtualizado. A tradição e todas as práticas culturais em tese podem e devem estar em rede.

A transformação e/ou evolução do espaço público desde a Grécia até a atualidade, enquanto espaço/lugar de troca de idéias está fundada na concepção virtual de uma prática, substanciando-se num exercício de argumentação. O que caracteriza este espaço desde os idos antigos não é o lugar, mas a forma como os mais distintos grupos sociais, nos mais diferentes momentos históricos, constróem possibilidades de pensar o cotidiano de forma coletiva e de

conceber, a partir dessa reflexão, regras mínimas que possam estruturar essa convivência coletiva.

Considerando-se as diferenças econômicas e socioculturais, percebe-se:

- Há uma crescente necessidade de tomar públicas essas idéias e opiniões através do processo de comunicação, também diferente para cada tempo e lugar;
- Essa prática possibilita a expansão social da racionalidade;
- Há uma preocupação em aprimorar a forma de unir a racionalidade sistêmica e a racionalidade comunicativa.

Portanto, constrói-se um espaço público a partir de uma nova racionalidade, onde a necessidade de pertencer e de participar exige uma postura aberta ante a diferença, a diversidade e a pluralidade. Numa sociedade urbana, concebe-se uma política que realmente corresponda às necessidades e problemas da “Polis” contemporânea na qual, como propõe Guattari (1996), tudo circula, o mundo se move, tudo passou a ser intercambiável, equivalente. “Fundamentalmente, o homem contemporâneo não pertence a lugar algum (...) as áreas etológicas originais, ou seja, corpo, clã, povoado, religião, corporação, não estão mais claramente definidas no mundo, mas essencialmente incorporadas no universo invisível”. (Guattari, op. cit; 293)

No caso das tecnologias de comunicação, a Internet representa muito bem essa realidade e cria novas necessidades e situações que nos possibilitam compreender essa sociedade a partir de seus novos elementos, das novas formas de manifestação pública, de sua relação e convivência com a técnica, da compreensão dos processos de mediação. Como bem observa Bhabha, devemos participar deste novo processo de forma criativa, produtiva e plena. Novas situações requerem novos princípios, novas abordagens, novas linguagens, enfim, novas possibilidades



de sentir.

Talvez seja este o momento pertinente para pensar o público, o político, a comunicação, a cultura, a técnica, e outros conceitos tão profundamente debatidos e enraizados nos indivíduos de forma diferente.

É necessário entender que "... o indivíduo constitui sua subjetividade no marco de uma relação de necessidade com o outro " (Jelin, 1996; 15), e "consumiendo los medios participamos en el proceso de estructuración. Expresamos y (re)definimos nuestro lugar en el mundo en terminos de clase, raza, género, orientación sexual, nivel

educativo o situación laboral. Estas estructuras adquieren presencia después en nuestras conversaciones, reforzandólas y en ocasiones reformandólas"(Blanco, 1999; 147)

Questiona-se, por fim: se sempre foi assim, o que mudou? Os meios e principalmente os processos de mediação desenvolveram novas competências, uma nova racionalidade para satisfazer a necessidade de novos espaços de participação, novas formas de pertencimento, práticas absolutamente humanas. E isto não é crise enquanto terminalidade, é processo histórico, que tem na crise um elemento cotidiano.

Bibliografia do artigo

- ABRUZZESE, Alberto & PIROMALLO, Agata. Videoculturas de Fin de Siglo, Madrid; Catedra, 1990.
- ALMEIDA, Jorge. Mídia, opinião pública ativa e esfera pública democrática, in: Comunicação & Política, Rio de Janeiro, vol. VI, n° 01 janeiro/abril, 1999.
- BAUDRILLARD, Jean. Tela Total: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre, Ed. Sulina, 1997. pag. 145.
- BLANCO, Victor.F. Sampedro. Efectos de los medios de comunicación sobre la opinion pública, os paradigmas sobre o poder do público. in Comunicação & Política, Rio de Janeiro, vol. VI, n° 01 janeiro/abril, 1999.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas, São Paulo, EDUSP, 1998.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e Cidadãos. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.
- COSTA, Sérgio. Do simulacro e do discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil, in: Comunicação & Política, Rio de Janeiro, vol. IV, n° 02, maio /agosto, 1997.
- DEBRAY, Régis. Vida e morte da Imagem. Petropoles, Ed. Vozes, 1993.
- FREITAS, Lucas. Disponível no site www.revolução.com, in: www.icarobrasil.com.br, capturado em 22/11/99.
- GARCIA, Maria Eugênia. Comunicación política y organizaciones sociales: de los medios e otros demonios. In: Comunicação & Política, Rio de Janeiro, vol. V, n° 1, janeiro/abril, 1998.
- GIDDENS, Antony e outros Habermas y la Modernidad. Madrid: Cátedra, 1994.
- GUATTARI, Felix. Restauração da Paisagem Urbana. In: Revista do Patrimônio/MIC, Brasília, n°24,1996.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. Identidade, Cultura e Diáspora. In: Revista do Patrimônio/MIC,



Brasília, nº24,1996.

HUTHEFORD, Jonathan. O Terceiro Espaço - Uma Entrevista com Hommi Bhabha.

In: Revista do Patrimônio/MIC, Brasília, nº24,1996.

JELIN, Elizabeth. Cidadania e Alteridade: o reconhecimento da pluralidade. In:

Revista do Patrimônio/MIC, Brasília, nº24,1996.

LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo, Ed. 34,1999.

LEVY, Pierre. Inteligência Coletiva, São Paulo, Ed. Loiola, 1998.

LEVY, Pierre. O Que é Virtual, São Paulo, Ed. 34,1996.

LEVY, Pierre. Ideografia Dinâmica: rumo a uma imaginação artificial, São Paulo, Ed. Loiola, 1998.

LEVY, Pierre. Tecnologias da Inteligência, São Paulo, Ed 34,1993

MACIEL, Kátia. A última Imagem, in PARENTE, André. Imagem Máquina, São Paulo, Ed, 34,1996.

MAIA, Rousiley Celi Moureira, A mídia e o novo espaço público. In: Comunicação & Política, Rio de Janeiro, vol. V, nº 1, janeiro/abril, 1998.

MEDEIROS, Marilú Fontoura de. Esfera Pública e Legitimidade na Construção da Cidadania. In: Educação, Porto Alegre, ano XXI, nº 36, nov. 1998.

MORIN, Edgar. O Método IV: as idéias; a sua natureza, habitat e organização, Sintra, Publicações Europa-America LTDA, 1991.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência, Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1996.

RENAUD, Alain. Comprender la imagen hoy: Nuevas Omégenes, nuevo régimen de lo Visible, nuevo Imaginario. In: Videoculturas de Fin de Siglo, Madrid; Catedra,1990.

ROCAGLIOLO Rafael. Los espacios culturales e su onomatica. In: Comunicação & Política, Rio de Janeiro, vol. V,nº 1, janeiro/abril, 1998.

SANTOS, Milton e outros Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura Geográfica (2ª ed) São Paulo, Ed. HUCITEC, 1994.

SERRES, Michel. Mestiço, São Paulo, CIA das Letras, 1995.

WELLMER, H. e outros Habermas y la Modernidade. Madrid: Cátedra, 1994.

